

Universidade Federal Fluminense – UFF
Disciplina: Direito Financeiro e Tributário II
Professor: Rodrigo Lourega
Aluno(a): _____
AVALIAÇÃO – 2 CHAMADA P2



Instruções – Prova Objetiva A:

- Este caderno contém 20 (vinte) questões, com 5 alternativas cada uma.
- Cada questão contém somente UMA ALTERNATIVA CORRETA.
- Atribui-se a cada questão o valor de 0,5 ponto, totalizando 10,0 pontos.
- Há um QUADRO DEFINITIVO DE RESPOSTAS, que deverá ser preenchido de caneta AZUL ou PRETA.

- A duração da prova é de 2h (duas horas).
- O tempo mínimo de permanência na sala é de 30 (trinta) minutos após o início da prova.
- A aluno não poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Trata-se de prova sem consulta à legislação, ao material de apoio e aos colegas.
- Boa prova!

Quadro Definitivo de Respostas

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

Questão 1 – (Ano: 2024 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: Prefeitura de Camaçari – BA – Técnico Fazendário). O princípio tributário da legalidade determina que qualquer elevação de alíquota de impostos somente possa ser efetuada por meio de lei, embora haja exceções à sua aplicação. Um imposto submetido integralmente a esse princípio é o

- a) Imposto sobre importação.
- b) Imposto sobre operações financeiras.
- c) Imposto sobre exportação.
- d) Imposto sobre produtos industrializados.
- e) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza

Questão 2 - (Ano: 2019 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Arujá – SP – Encarregado de Cadastro Imobiliário). São imunes o patrimônio, a renda ou os serviços

- a) Da União, Estados, Distrito Federal e Município, bem como de suas empresas públicas e sociedades de economia mista.
- b) Dos templos de culto religioso, desde que reconhecido e homologado pelo Estado brasileiro.
- c) Das entidades sindicais dos empregadores.
- d) Das fundações instituídas pelos partidos políticos.
- e) Das instituições de educação, com ou sem fins lucrativos, bem como as de assistência social.

Questão 3 - (Ano: 2013 Banca: FCC Órgão: TCE-SP – Auditor do Tribunal de Contas) É vedada a limitação ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais. A proibição refere-se ao princípio da

- a) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- b) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, que deve ser observado por todos os entes federados, tendo como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- c) Liberdade do tráfego de pessoas e bens, sendo direcionado unicamente à União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.
- d) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado por todos os entes federados, não contemplando exceção.
- e) Não discriminação em razão da procedência ou destino, que deve ser observado pela União, Estados e Distrito Federal, tendo como exceção a cobrança do pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público.

Questão 4 - (Ano: 2014 Banca: FGV Órgão: SEFAZ-MT – Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal – Prova 2) É sabido que todos os tributos têm função arrecadatória, ainda que alguns tenham mais acentuada função extrafiscal, buscando, assim, objetivos outros que não apenas o de arrecadar receitas públicas.

Assinale a opção que indica o tributo com função extrafiscal mais acentuada.

- a) Taxa para a expedição de Alvará de Localização.
- b) Imposto Sobre Serviços.
- c) Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.
- d) Imposto de Importação.
- e) Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.

Questão 5 - (Ano: 2017 Banca: Big Advice Órgão: Prefeitura de Parisi – SP – Procurador Jurídico). Tributo é:

- a) Toda prestação pecuniária, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou bens imóveis, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- c) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, incluindo sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- d) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- e) Toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, independente de lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Questão 6 - (Ano: 2023 Banca: IBADE Órgão: Prefeitura de Rio Branco – AC – Auditor Municipal de Controle Interno - Adaptada). O Superior Tribunal Federal, pela Súmula nº 41, consagrou o entendimento de que “o serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa”. Diante disso, é correto afirmar que:

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa porque pode ser usufruído *uti singuli*.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa porque esse serviço se enquadra no conceito contido no artigo 145, II, da Constituição Federal.
- c) O serviço de iluminação pública é um exemplo de serviço *uti universi*, que são prestados à coletividade, não podendo, por tal razão, ser remunerado mediante taxa.
- d) O serviço de iluminação pública é um exemplo de serviço divisível e que pode ser usufruído *uti singuli*.

e) O serviço de iluminação pública se enquadra no conceito de serviço público *uti universi* e se trata de uma atividade facultativa do Estado.

Questão 7 - (Ano: 2023 Banca: Avançada SP Órgão: Prefeitura de Araçariguama – SP – Assistente Administrativo) Trata-se de uma categoria de tributo em que o fato gerador não está vinculado a qualquer contraprestação específica por parte do Estado em benefício do contribuinte. Em outras palavras, a obrigação do contribuinte de efetuar o pagamento ao ente estatal não decorre de nenhuma vantagem recebida ou disponibilizada para sua utilização. O enunciado está a se referir:

- a) Às Custas.
- b) Aos Emolumentos.
- c) Às Contribuições Parafiscais.
- d) Ao Imposto.
- e) À Contribuição de Melhoria

Questão 8 - (Ano: 2022 Banca: AMEOSC Órgão: Prefeitura de Bandeirante – SC – Contador – Adaptada). O tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, é chamado de:

- a) Imposto especial.
- b) Contribuição de melhoria.
- c) Imposto extraordinário.
- d) Taxa.
- e) Contribuição de obras públicas.

Questão 9 - (Ano: 2023 Banca: CESPE / CEBRASPE Órgão: AGU – Procurador Federal) A obrigação que decorre da legislação tributária e que tem por objeto prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos é denominada obrigação tributária

- a) Principal.
- b) Subsidiária.
- c) Ativa.
- d) Passiva.
- e) Acessória.

Questão 10 - (Ano: 2012 Banca: Quadrix Órgão: CRP – 9ª Região (GO) - Analista Administrativo). Assinale a alternativa que preenche, com os números e seus significados, correta e respectivamente, os parênteses.
 () moratória; () depósito do montante integral; () imputação do pagamento; () concessão de medida liminar em mandado de segurança; () conversão do depósito em renda; () parcelamento; () dação em pagamento.

- 1 – Suspensão do crédito tributário.
- 2 – Extinção do crédito tributário.

- a) 2; 2; 1; 2; 1; 2; 1
- b) 2; 2; 1; 1; 2; 1; 1
- c) 1; 2; 2; 1; 1; 1; 2
- d) 1; 1; 2; 2; 1; 1; 2

e) 1; 1: 2; 1; 2; 1; 2

Questão 11 - (INEC/AFT DE COMPINAS/SP – 2011 - Adaptada) Assinale a alternativa correta, considerando-se as disposições acerca das garantias e privilégios do crédito tributário.

- a) As garantias do crédito tributário enumeradas pelo Código Tributário Nacional constituem rol taxativo.
- b) O bem de família não pode ser penhorado na hipótese de débitos de IPTU.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, exceto na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.
- e) Se o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, não pode o juiz determinar a indisponibilidade de seus bens e direitos.

Questão 12 - (ESAF/ANALISTA EM PLANEJAMENTO DA SEFAZ/SP-2009- Adaptada) O princípio da capacidade contributiva:

- a) não se aplica às penalidades tributárias
- b) aplica-se somente às contribuições.
- c) aplica-se somente aos impostos.
- d) não se compatibiliza com a técnica da progressividade.
- e) concretiza o valor segurança jurídica tributária.

Questão 13 - (FGV/JUIZ DE DIREITO/TJ/MS – 2008) Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

- I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.
- II. O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.
- III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Questão 14 - No que se refere à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, considere as afirmações abaixo.

I - É possível a concessão de medida liminar em mandado de segurança preventivo impetrado contra lançamento

tributário efetuado por autoridade tributária incompetente.

II - Não obstante tenham características semelhantes, a moratória tributária e o parcelamento tributário têm previsões distintas no Código Tributário Nacional.

III - As hipóteses elencadas no artigo 151 do Código Tributário Nacional, de acordo com a literalidade do CTN, são exemplificativas.

IV - O depósito como hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário tem por finalidade garantir a demanda, razão pela qual não se restringe a dinheiro, alcançando qualquer bem cujo valor cumpra a sua finalidade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e IV.
- e) Apenas I e IV.

Questão 15 - Dadas as assertivas abaixo, assinale a única CORRETA.

- a) O Código Tributário Nacional foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988 como lei ordinária, porque sua natureza era, antes dela, de lei complementar.
- b) O Código Tributário Nacional denomina de “normas complementares” as leis complementares do artigo 146 da Constituição Federal em vigor.
- c) A observância das práticas, reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas, livra o contribuinte da imposição de penalidades, da cobrança de juros de mora e da atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
- d) Medidas provisórias podem ser utilizadas, atualmente, para criar tributos como o Imposto sobre Grandes Fortunas.
- e) Os princípios de direito privado são determinantes para a definição do conteúdo e efeitos tributários dos institutos privados empregados pela legislação tributária, mesmo quando não utilizados pela Constituição para definir competências tributárias.

Questão 16 - A diferença entre o contribuinte e o responsável tributário é que:

- a) aquele responde pelos impostos e estes pelas taxas regularmente instituídas.
- b) este último somente responde nos casos de impossibilidade do cumprimento da obrigação pelo contribuinte.
- c) este último é sempre uma pessoa física.
- d) somente o contribuinte pode impugnar a constituição do crédito tributário, mediante oferecimento de defesa fiscal.
- e) enquanto o contribuinte realiza o fato gerador, a responsabilidade deste último deriva exclusivamente da lei.

Questão 17 - Considerando o Sistema Tributário Nacional e os tributos da União, dos estados, dos

Municípios e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou operações relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) também incide sobre o ouro quando definido em lei como mercadoria.
- b) A instituição do IPTU poderá contemplar a progressividade em razão do valor do imóvel, mas as alíquotas não poderão variar de acordo com a localização do imóvel.
- c) O IPI deve ser seletivo em razão da essencialidade do produto que recebe o gravame tributário.
- d) A União tem competência para instituir o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR) e, conforme a Emenda Constitucional n.º 42/2003, essa competência tributária poderá ser delegada ao município, que instituirá, fiscalizará e cobrará o ITR, desde que isso não resulte na redução do imposto ou em qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- e) Eventual instituição do imposto sobre grandes fortunas, de competência da União, poderá ser feita por intermédio de lei ordinária aprovada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

Questão 18 - São tributos classificados como impostos indiretos, de competência da União, Estados e Municípios, respectivamente:

- a) Imposto sobre produtos industrializados - IPI, Imposto sobre a transmissão causa mortis e doação – ITD e Imposto sobre a transmissão de bens imóveis – ITBI;
- b) Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS e Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR, quando cobrado pelos Municípios;
- c) Contribuições de intervenção no domínio econômico - CIDE, Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS e Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS;
- d) Imposto sobre produtos industrializados – IPI, Imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA e Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, quando cobrada na conta de energia elétrica;
- e) Imposto sobre produtos industrializados – IPI, Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS e Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS, quando destacada a repercussão em nota fiscal.

Questão 19 - (Ano: 2016-2017 - Banca: FGV - XXI Exame da Ordem - Adaptada). A Pessoa Jurídica ABC verificou que possuía débitos de Imposto sobre a Renda (“IRPJ”) e decidiu aderir ao parcelamento por necessitar de certidão de regularidade fiscal para participar de licitação. Após regular adesão ao parcelamento e diante da inexistência de quaisquer outros débitos, a

contribuinte apresentou requerimento para emissão da certidão positiva com efeito de negativa.

Com base nessas informações, o Fisco deverá:

- a) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de extinção do crédito tributário.
- b) indeferir o pedido, pois a certidão somente poderá ser emitida após o pagamento integral do tributo em atraso.
- c) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- d) deferir o pedido, já que o parcelamento é causa de exclusão do crédito tributário.
- e) indeferir o pedido, pois a certidão positiva com efeitos de negativa não é suficiente para comprovar a regularidade fiscal.

Questão 20 - Uma autoridade fazendária de certa unidade da federação dirigiu-se ao estabelecimento empresarial da pessoa jurídica Solar Higienização Ltda. para efetuar fiscalização do recolhimento de IPTU relativo ao exercício de 2000. Como os dirigentes da referida pessoa jurídica não procederam ao pagamento do tributo devido, foi lavrado auto de infração/lançamento em fevereiro de 2006. Com base nessa situação hipotética e acerca da disciplina normativa do lançamento e do crédito tributário, assinale a opção correta.

- a) O lançamento tributário opera efeitos ex nunc, possuindo natureza constitutiva e declaratória.
- b) O auto de infração/lançamento foi lavrado após o advento da decadência.
- c) O IPTU é imposto objeto de lançamento por homologação.
- d) O ato de constituição do crédito tributário é ato discricionário.
- e) Após o início da fiscalização e a lavratura do auto de infração, pode o contribuinte evitar a incidência das penalidades tributárias com o instituto da denúncia espontânea.

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					